



---

**REQUERIMENTO Nº 69 , DE 2007**  
(Da Sra. Iriny Lopes)

Requer a realização do Seminário Internacional – trilhas do poder para as mulheres, experiências de ações afirmativas internacionais, em conjunto com as Comissões de Constituição, Justiça e de Cidadania; Seguridade Social e Família e Legislação Participativa.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização, nos dias **19 e 20** de junho de 2007, do **seminário internacional – trilhas do poder para as mulheres, experiências de ações afirmativas internacionais**, em conjunto com as Comissões de Constituição, Justiça e de Cidadania; Seguridade Social e Família e Legislação Participativa, numa parceria com a Bancada Feminina do Congresso Nacional.

#### **JUSTIFICATIVA**

Pesquisa divulgada pela União Interparlamentar com números de toda a América Latina revela, mais uma vez, que o ambiente político brasileiro continua sendo um espaço ocupado predominantemente pelos homens. Nesta pesquisa a presença de mulheres na Câmara dos Deputados só é maior do que a do Haiti, da Guatemala e da Colômbia. Apesar de ter crescido, se comparado o número de deputadas da legislatura anterior, de 32 para 45, nós ainda ocupamos menos de 10% das 513 cadeiras da Câmara. Outro item que evidencia a baixa participação de nós mulheres no cenário político brasileiro é a pequena presença de mulheres à frente das lideranças partidárias e na Mesa Diretora da Câmara, Senado e Congresso Nacional.

Precisamos avançar na história e romper com a tradição política brasileira, sempre dominada pelos homens. Queremos igualdade.



---

Sabemos que a instituição da cota de 30% para mulheres candidatas nos partidos não garantiu a efetiva participação feminina na vida político-partidária porque o país não adotou simultaneamente a lista fechada nas eleições, pois, se assim adotasse, a cada três nomes haveria obrigatoriamente o de uma mulher em condições reais de ser eleita. Com o sistema de lista aberta, a maioria das mulheres são incluídas na disputa apenas para figuração. Além disso, os partidos não são punidos quando burlam a exigência legal.

As cotas partidárias também não garantem financiamento nem tempo de televisão. Sem esses dois fatores as mulheres têm muito mais dificuldades de se elegerem.

Estas são apenas algumas questões que queremos aprofundar nesta Casa no que diz respeito à participação da mulher na Reforma Política.

Sabendo da relevância que tem este tema não só para as mulheres como para toda a sociedade brasileira, pedimos aos nobres colegas deputados e deputadas aqui presentes o seu apoio a esta proposta.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 2007.

Deputada Iriny Lopes  
PT/ES